

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

O Mst, a ética da fé e a Luta Pela terra no. Brasil.

Antonio Julio de Menezes Neto.

Cita:

Antonio Julio de Menezes Neto (2009). *O Mst, a ética da fé e a Luta Pela terra no. Brasil. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2192>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

O Mst, a ética da fé e a Luta Pela terra no Brasil¹

*Antonio Julio de Menezes Neto*²

Resumo: Este artigo trata da relação entre o MST -Movimento Sem Terra-, as igrejas, principalmente a Igreja Católica -mas não só- e sua ala vinculada à Teologia da Libertação e o socialismo. Através de entrevistas com as principais lideranças da CPT -Comissão Pastoral da Terra- e de algumas lideranças do MST, procura mostrar como a fé colabora nas lutas políticas pelas ocupações de terra. Debate o uso, pelo MST, de rituais religiosos, como a “mística” nas lutas políticas laicas. Descreve como, ao longo de sua existência, o marxismo foi ocupando o espaço teórico no Movimento.

Palavras-chave: movimentos sociais, Teologia da Libertação, terra e socialismo.

¹ Este artigo é fruto de pesquisa que contou com o apoio do CNPQ.

² Antonio Julio de Menezes Neto, Sociólogo, Doutor em Educação e Professor na Faculdade de Educação da UFMG, atuando na graduação e na Pós-Graduação.

End: rua Orozimbo Nonato, 985/202

Bairro Dona Clara – Belo Horizonte- MG- 31260230

Tel: 31-34976885- 31-88929569

ajmn@netuno.lcc.ufmg.br

INTRODUÇÃO

No Brasil, com o processo de redemocratização ao fim dos anos 1970, as idéias e práticas vinculadas a Teologia da Libertação tiveram forte influência nos movimentos sociais e de trabalhadores. Os anos 1980 foram marcados pela reorganização popular da sociedade brasileira e a entrada em cena de novos personagens. Na reorganização partidária, o PT, institucionalizado em 1980, apresentou-se como a grande novidade, tendo por bases sindicalistas, intelectuais, militantes das esquerdas não vinculadas aos partidos comunistas e religiosos ligados a Teologia da Libertação. Esta composição, praticamente, irá se reproduzir na criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT-. Porém, além da vida institucional partidária e sindical, foram muitos os movimentos sociais que surgiram no período. Associações de moradores, usuários de transporte coletivo, movimento ecológico, mulheres, negros, luta pela terra, contra a carestia, direitos do consumidor, e uma infinidade de movimentos sociais. É neste contexto que, no ano de 1985, surgirá o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, em Congresso realizado no estado do Paraná.

Corpo e alma na fundação do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aparece como produto de camponeses expropriados da terra e, sua gênese, era intimamente ligado aos movimentos religiosos, vinculados à Teologia da Libertação, através da Comissão Pastoral da Terra –CPT-. Esta vinculação é afirmada por Stédile (1996), líder nacional do MST e antigo assessor da Comissão Pastoral da Terra no período anterior ao surgimento do Movimento Sem Terra, que afirma que o surgimento da CPT, em 1975, foi fundamental para a reorganização das lutas camponesas. Ademar BOGO³ relata a importância da religião nos primórdios do MST, relatando que quando houve o início das mobilizações pelas ocupações de terra, ao fim do período militar, os camponeses estavam intimidados pela repressão.

Ademar BOGO⁴ salienta que não bastava à fé para enfrentar a repressão. Então, buscaram no Estatuto da Terra o instrumento legal para subsidiar as lutas. Assim, sentiam-se mais confiantes, pois tinham o apoio da Bíblia e o apoio da lei. Desta forma, mais seguros, realizavam reuniões, muitas das quais nas igrejas, nos salões paroquiais, nos centros de candomblé, etc. Mas também existiam muitas reuniões sem nenhum vínculo ou apoio das igrejas, sendo realizadas nos sindicatos ou nas casas de família. Contavam, inclusive, com a oposição de certos padres e bispos, mas este fato não diminuía a presença e nem a fé dos camponeses sem terra.

³ Ademar Bogo é membro do MST responsável pelo Setor de Cultura do Movimento Sem Terra. Entrevista realizada via internet em dezembro de 2006.

⁴ Entrevista com Bogo (2006).

Roseli Caldart⁵, diz que a Teologia da Libertação e o MST fazem parte de um mesmo contexto histórico de lutas, pois os propósitos seriam comuns. Diz que a origem do MST passou pelo trabalho de base das pastorais, sob a influência da Teologia da Libertação. Com o desenrolar dos anos e das lutas, Caldart afirma que a Igreja perdeu parte de sua influência. Salienta a herança da mística como linguagem simbólica e também na visão comum de trabalho de base e em grupos.

Stédile (1996) diz da importância do trabalho ecumênico da CPT, pois a divisão religiosa poderia ter criado diversos movimentos de camponeses e não o unificado MST. Para Stédile, sem a CPT, os camponeses teriam se organizado, mas não “desembocaria” na criação do MST. Para o líder Sem Terra, o primeiro fator que permitiu o surgimento do MST foram às lutas pela terra, o segundo fator foi o trabalho da CPT, que teria começado em 1975 no Centro-Oeste e depois se espalhado por todo o país e o terceiro fator teria sido o momento político, com a reorganização democrática do país e as lutas integradas com setores populares e urbanos, como os operários. Stédile relata que a primeira concentração realizada, em 1981 no Encruzamento Natalino, em Ronda Alta (RS), não foi uma romaria patrocinada pela Igreja, porém contou com o apoio de diversos setores sociais urbanos e da Igreja Católica, inclusive pela presença do bispo D. Tomás Balduino e diversos padres, pois o governo tentava reprimir a concentração (STÉDILE, 1996)

Ademar Bogo⁶, realizando um breve histórico da participação da Igreja nas ações e consolidação do MST, diz que a Igreja Católica teve participação na construção do MST no Sul do Brasil, com o envolvimento de padres, freiras e membros da CPT. Em outras partes do país, salienta, a Igreja portou-se, muitas vezes, na reação à reforma agrária. Salienta que tão logo o Movimento aprovou a bandeira como símbolo, esta substituiu os símbolos religiosos.

Bogo⁷ diz que, desde então, os aspectos culturais do MST passaram a ser predominantes, perpassando a todas as ações do Movimento Sem Terra. As atividades religiosas eram momentâneas e mais localizada entre os pequenos agricultores do Sul do país. Para o MST a teologia “se dava como prática”, nos dizeres de Bogo, e a Igreja institucionalizada não intervinha na reflexão teológica.

A primeira reunião de articulação regional da luta pela terra aconteceu no Paraná, em julho de 1982 e, nesta articulação, participaram diversos personagens e organizações. Em setembro, realizou-se em Goiânia, a primeira articulação nacional, formado, basicamente, por agentes de pastorais. Nesta reunião apareceu a proposta de criação de uma comissão de luta pela terra, ou melhor, uma

⁵ Educadora do MST. CALDART observa que nunca se deteve com profundidade na relação entre a Teologia da Libertação e entre o MST. Entrevista gravada realizada em fevereiro de 2006.

⁶ Entrevista com Bogo (2006)

⁷ Ibidem.

comissão de sem-terra dentro da CPT, que acabou sendo derrotada pela proposta de criação de uma entidade autônoma. Assim, MST realiza o seu I Congresso em janeiro de 1985, em Curitiba, Paraná. Neste Congresso o MST definiu-se como um movimento social que se basearia, primordialmente nas ocupações de terras. A partir do III Congresso, realizado em 1995, a marca maior passou a ser a luta contra o neoliberalismo e a palavra de ordem foi ampliada para “Reforma agrária, uma luta de todos”.

Laicização e o marxismo

BOGO⁸, debatendo a influência da Teologia da Libertação e do marxismo nas ações do MST, diz que esta relação aconteceu em diferentes momentos, pois, se inicialmente a Teologia da Libertação influenciou na conscientização, num segundo momento o marxismo tornou-se preponderante. A Teologia da Libertação abriu as portas para o marxismo, pois como a maioria das lideranças eram cristãs, a Teologia da Libertação serviu para eliminar o estigma contra o marxismo e o comunismo que a Igreja católica cultivou no período militar. Bogo⁹ salienta a importância do marxismo para o MST, já que o estudo da história sob o prisma da luta de classes torna-se a referência para a compreensão da luta pela terra. Tanto na compreensão da luta pela terra como no papel da revolução política e social, o marxismo deu a base para fazer a ligação das lutas empreendidas pelo Movimento Sem Terra e as demais lutas dos trabalhadores. Salienta que, sem o marxismo, não seria possível compreender o capitalismo, a luta de classes, o estado, a repressão, a importância da organização política para a transformação histórica.

Roseli Caldart¹⁰ também diz que o marxismo foi o fundamento teórico principal no desenvolvimento do MST. Diz que, mesmo a Teologia da Libertação, com todas as diferenças em relação ao marxismo, é a parte da Igreja que dialoga com esta teoria. Salienta que a realidade do MST é bastante complexa, pois é, ao mesmo tempo, um movimento de massa e uma organização social. Desta forma, os documentos podem retratar a organização do MST e a dinâmica do assentamento ou do acampamento ser outra, diferente do documento e, as vezes, contraditória com os documentos do MST. O MST não seria como um partido, que é formado por quadros, mas um movimento em que entram e saem pessoas conforme as ocupações e os diversos momentos. Desta forma, para compreender o MST seria necessário compreender esta totalidade, as vezes incoerente.

Roseli Caldart salienta que a mistura de religiosidade com o marxismo, aparentemente inconciliáveis, poderia construir uma proposta libertadora, que, aliás, salienta Caldart, é um

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Entrevista com Caldart (2007).

diálogo já proposto por diversas vezes na história. E que, possivelmente, como o MST acolhe diferentes abordagens, ele foi propício para que elementos do marxismo e da Teologia da Libertação se encontrassem em diversos momentos.

É certo que a mística, prática sempre presente nas ações do MST, também se apresenta como herança das influências religiosas. Serve para manter a coesão dos membros do movimento e para estimular a participação, além de incentivar a atuação nas lutas, ocupações e manifestações. O período de ocupação e resistência debaixo de lonas pretas, às vezes durante anos, requer uma coesão e força de vontade enorme que, talvez, sem a ajuda da mística, dificilmente seria possível.

A recriação do MST

Nesta trajetória conservadora que adentra o novo século, o MST, ao contrário dos movimentos sociais, sindicais e políticos de esquerda, que enfrentam crises no desenvolvimento de suas ações, consegue, não sem dificuldades, consolidar-se e afirmar-se como um dos mais importantes movimentos sociais e políticos da atualidade.

Diversos pesquisadores salientam e apóiam a eclética mistura de marxismo e Teologia da Libertação. LOWY (1991), por exemplo, aponta, de forma positiva, a convergência do marxismo e da Teologia da Libertação e sua influência nos movimentos sociais Latino-Americanos. PETRAS (1997) afirma “que a ideologia do MST foi consolidada a partir de três componentes básicos: "o marxismo, a religiosidade popular e as práticas comunitárias rurais” (p.275). Para este autor, esta síntese diversificada foi capaz de atrair o apoio das classes não ligadas ao trabalho rural, como progressistas urbanos, favelados urbanos, setores da Igreja e sindicalistas.

BOGO diz que, de forma direta, a influência da Teologia da Libertação hoje, não é mais tão relevante, pois o conhecimento filosófico levou a que o Movimento Sem Terra superasse diversos valores idealistas. Mas que alguns destes valores ainda são presentes na ética que existe entre camponeses pobres e, assim, o Movimento bebe em valores cristãos e na filosofia marxista. Lembra que após o refluxo das CEBs, a Teologia da Libertação perdeu espaço, inclusive espaço de reflexão, literatura e produção teológica e este espaço foi preenchido pelas leituras do marxismo..

Para BOGO, no cotidiano do assentamento, a religião hoje não é estruturante, pois, após a conquista da terra, as questões de organização política são priorizadas. CALDART também diz que as relações materiais são as mais importantes para levar os trabalhadores sem terra à luta, pois as condições de vida e sobrevivência são preponderantes para a organização social, pois as pessoas compreendem que a luta em conjunto apresenta maiores possibilidades de conquistas.

Caldart diz sobre as dificuldades de se criar a comunidade no período pós-conquista da terra, quando a vida cotidiana começa a se impor. Assim, dentre as diversas influências, a religiosidade é uma força que pode impelir os indivíduos ou à luta ou ao conformismo, pois os sujeitos podem continuar na luta do MST ou não. E aí, a religião pode ser uma mística real, que baseia-se na materialidade mas que une e impulsiona os sujeitos para além de suas necessidades objetivas imediatas, criando a coesão no grupo.

No novo século, observa-se que a presença da Igreja Católica nos assentamentos é mais restrita às missas e celebrações do que propriamente às ações políticas. Observa-se também um crescimento da militância carismática católica, além do crescimento das religiões evangélicas. As lideranças e os assentados mais engajados nas lutas do MST reconhecem que apenas uma pequena parcela da Igreja Católica, ou das igrejas evangélicas, são solidários com as lutas políticas do Movimento. No caso da Igreja Católica, tem-se também a dependência hierárquica de padres politicamente comprometidos com os movimentos populares às Dioceses e aos bispos que, em momentos de retração popular e conservadorismo político, travam a atuação política.

Além destes fatos, não se pode deixar de levar em consideração que a conhecida religiosidade das populações rurais está sofrendo modificações pela entrada dos meios de comunicação e pelo maior contato com o mundo urbano. No caso específico dos acampamentos e assentamentos, tem-se, ainda, a presença de parcelas significativas de pessoas que habitavam as periferias urbanas.

Assim, pode-se perguntar qual o papel da religião na organização política dos assentamentos. É importante assinalar que, em sua trajetória, o MST trilhou um caminho laico e, hoje, observa-se uma mudança na formação política de suas lideranças e nas bases do Movimento Sem Terra. Este fato conseguiu contornar a crise que a Teologia da Libertação se viu mergulhada na última década, fruto da ação conservadora do Vaticano e da crise da idéia socialista. O MST, que aumenta sua base para as ocupações com os recrutamentos, cada vez maiores, nas periferias urbanas, consegue sobreviver como um importante movimento social, continuando a dar ênfase às ações místicas, fruto de sua origem religiosa, mas sem esquecer as lutas materiais, fruto da incorporação do marxismo ao longo de sua trajetória.

CONCLUSÃO

A fé religiosa e o movimento socialista, na modernidade, estiveram em campos opostos, apesar das tentativas de aproximação. A Teologia da Libertação foi o movimento religioso institucionalizado que melhor elaborou esta aproximação, realizando uma salutar e importante aproximação e, em muitos pontos, fusão entre a prática religiosa e as lutas sociais populares. Na América Latina,

continente em que o cristianismo é bastante arraigado nas classes populares, esta simbiose foi de fundamental importância, pois permitiu a leitura bíblica de uma forma “libertadora”, ou seja, centrada nas classes populares e com subsídios teóricos buscados tanto na Bíblia como no marxismo.

Este movimento teológico influenciará uma geração de ativistas no continente Latino-Americano e especificamente no Brasil, país no qual o fim da ditadura militar propiciará o surgimento de novos movimentos sociais, sindicais e políticos. E terá influência decisiva, como veremos adiante, na constituição do MST e de sua nova forma de conquista da terra: a ocupação.

Porém, de forma geral, desde fins dos anos 1980 os movimentos populares vivem momentos de crise, com a derrubada de governos ditos “comunistas” no Leste europeu, o fim da União Soviética e a expansão quase ilimitada do modo de reprodução capitalista. É o período do neoliberalismo e da pós-modernidade. É um tempo em que conservadores de diversas matizes se reorganizam e apresentam o sistema capitalista, mais do que em qualquer tempo histórico vinculado ao mundo da reprodução da mercadoria, como o ideal a ser alcançado.

Este novo quadro político trouxe mudanças na configuração de diversos movimentos sociais, políticos e teológicos. Mas, a despeito das crises dos movimentos populares e das idéias socialistas, as lutas pela terra apresentam um saldo positivo no Brasil, com o crescimento, consolidação e organização do MST, a reorganização do movimento sindical e com o surgimento de diversos outros movimentos vinculados a luta pela terra, como o movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST- e o Movimentos Terra e Liberdade -MTL.

A ideologia do “comunitarismo” religioso mesclado ao “comunismo” político, talvez, tenha sido o caminho para o MST ter se recriado em sua trajetória e, não só sobrevivido, como ascendido em um período de retração das lutas populares. Esta relação não acontece sem conflitos e nem de forma linear, mas, inegavelmente, o MST consegue manter a chama da transformação social num período de descrença e pragmatismo.

Assim, buscando a coesão de sua organização, o MST inspirou-se tanto em sua origem religiosa, ligado que foi às Comunidades de Base da Igreja Católica, com o constante uso da “mística”, para incentivar e organizar socialmente a luta dos Sem Terra, quanto nas análises econômicas e políticas herdadas da tradição marxista. Desta forma, o anticapitalismo, expresso na ética religiosa da vida comunitária em contraposição ao individualismo liberal e burguês, e a reelaboração desta ética para o campo da política socialista, aparecem como princípios que norteiam as ações do MST. Esta junção da ética religiosa com as teorias políticas baseadas no marxismo, que tantas vezes

apareceram na história como contraditórias, ganham nas práticas e ações do MST, uma nova forma de fazer política e criam novos laços de solidariedade e relacionamento humanos.

É importante observar que a mística utilizada nos rituais do MST, no qual a música e o teatro são muito utilizados, procura valorizar personagens religiosos e socialistas, como Cristo e Guevara. Esta ação de valorização da mística, baseada em ritos religiosos, contribui para manter nos militantes a “chama” para a luta e a organização comunitária, pois alimenta sonhos e utopias. E, fundamentalmente, transformam esta utopia em críticas ao capitalismo e sustentam a possibilidade de construção de uma sociedade socialista.

Desta forma, o MST enquanto movimento social institucionalizado busca construir uma trajetória no qual absorve e recria o comunitarismo e a mística religiosa, muitas vezes para atividades laicas, par a passo às análises sociais herdadas do marxismo. Este fato recria diversas formas de luta pela terra pelo MST, que consegue realizar mobilizações mesmo quando suas principais fontes éticas e políticas de inspiração atravessam momentos de retração.

Bibliografia

- LOWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Cortez: São Paulo, 1991.
- MARTINS, José de Souza. A dependência oculta. *Folha de São Paulo*. Tendências e debates, 21/05/2005..
- NOVAES, Regina. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. RJ: GRAPHIA, 1997.
- PETRAS, James. Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina. STEDILE, João Pedro (org). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo. *Brava gente*. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.
- VENDRAMINI, Célia. *Terra, trabalho e educação*. Ijuí: Unijuí, 2000.